

## A construção do conceito de Grande Domínio através dos polípticos entre 1836 e 1941

VICTOR BORGES SOBREIRA<sup>1</sup>

### Introdução

Ao mencionar a historiografia do século XIX se tem, muitas vezes, uma imagem cristalizada da produção histórica desse período. Os historiadores recebem o nome de positivistas, preocupados apenas com documentos oficiais escritos, reconhecem como válidos apenas assuntos políticos e militares. É também o momento da institucionalização da disciplina histórica. Na França, por exemplo, em 1818, a história passa a ser matéria obrigatória para os últimos anos do ensino básico e para todos os anos escolares em 1880, ano em que é criado o curso de licenciatura. Instituições como a *École Nationale de Chartes* (1821), *École pratique des Hautes Études* (1868) e revistas como a *Revue Historique*<sup>2</sup> e a *Vierteljahrschrift für Sozial - und Wirtschaftsgeschichte*<sup>3</sup> são fundadas naquele momento, assim como inúmeras outras “sociedades históricas e arqueológicas” provinciais, somente entre os anos de 1830 e 1870 são fundadas 40, na França (MARTIN, 1983: 149; TÉTART, 2000: 99); sem mencionar a publicação de coleções documentais, como a *Monumenta Germaniae Historica*, iniciada em 1819 e a *Documents inédits relatifs à l'histoire de France*, iniciada em 1835.

Esses 100 anos são muitas vezes tratados como um bloco, como se os historiadores franceses, alemães, ingleses, do início até o final do século compartilhassem o mesmo ponto de vista sobre o fazer histórico, “a velha história positivista do século XIX”, nas palavras de François Dosse (2003: 28). Hayden White, em seu livro dedicado ao estudo da imaginação histórica na Europa, chega a afirmar que o período passou por um “ciclo de desenvolvimento fechado” (1975: 38) e Peter Burke classifica esse período como o “Antigo Regime da historiografia” (BURKE, 1997, 17 ).

---

<sup>1</sup> Mestrando em História Social pela Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo sob a orientação do professor Dr. Marcelo Cândido da Silva.

<sup>2</sup> Revista fundada por Gabriel Monod, presidente da quarta seção da *École pratique des hautes études*, em 1873.

<sup>3</sup> Revista fundada por Gustav Schmoller, professor da Universidade de Strasburgo, em 1893, quando a região estava dominada pelos alemães.

Mais do que isso, o século XX seria uma ruptura tão radical que permite falarmos de uma historiografia do XIX separada do século XX. A ruptura ou revolução, nas palavras de Tétart, teria se dado com a fundação da revista dos *Annales*. (TÉTART, 2000: 105). Um problema surge ao estudar o século XIX como um todo homogêneo e afirmar que os historiadores dos *Annales* promoveram uma verdadeira ruptura. O que aconteceu entre os anos de 1901 e 1929? Seria a pré-história dos *Annales* como afirma Dosse (2003: 33)?

É claro que essa visão monolítica do século XIX não está presente em todos os pesquisadores. Hervé Martin, por exemplo, divide o século XIX em três partes: 1801-1830, um período difuso, sem características marcantes; 1830-1876, período dividido em duas escolas, a romântica, representada por Michelet, e a “microscópica”, representada pelos eruditos e editores de coleções documentais; e finalmente, o último período, que se inicia em 1876, data da criação da *Revue Historique*, por Gabriel Monod, representante da chamada escola metódica (MARTIN, 1983: 149). Contudo, o autor apenas recua em alguns anos o momento da ruptura, pois para ele o período entre Dom Mabillon (1632 – 1707) e 1876 foi um lento processo que culminou na escola metódica, momento de uma verdadeira ruptura epistemológica (BORDÉ, 1983: 189).

Desta maneira, através da análise de estudos de quatro autores que utilizaram os polípticos como fonte, um francês da primeira metade do século XIX, um austríaco da segunda metade do século, outro austríaco do início do século XX e por último, um representante dos *Annales*, pretendo discutir se é possível considerar os historiadores do século XIX como um todo coerente, positivistas e nacionalistas, que se ocupavam somente de fontes oficiais, e se os historiadores dos *Annales* realmente promoveram uma ruptura com o período anterior.

### **Benjamin Guérard (1797-1854): o primeiro editor dos polípticos**

Benjamin Guérard, matemático de formação, fez parte da primeira turma da *École Nationale de Chartes*, se tornou professor de diplomática na mesma instituição e finalmente diretor, assim como dirigiu a coleção *Documents inédits relatifs à l'histoire de France*. Apesar do prêmio recebido da *Académie des inscriptions et belles-lettres* pelo seu livro *Essai sur les divisions territoriales de la Gaule sous les rois des Francs* (GUÉRARD, 1832), ele é lembrado até hoje devido a sua edição do políptico de Saint-

Germain-des-Prés, ou melhor, devido ao prolegômeno que ele publica junto com a edição do documento (GUÉRARD, 1844).

Essa fonte é publicada em 1836 e, após 8 anos, é feita uma nova edição em três volumes: os dois primeiros, totalizando quase 1000 páginas compreende o prolegômeno e o terceiro, a edição comentada do políptico. A primeira questão que se coloca é: qual o interesse na edição de uma fonte que descreve os bens, os dependentes e os rendimentos de uma abadia no século IX, que não foi produzida por nenhum rei ou imperador? A segunda: o que significa uma introdução com quase 1000 páginas?

O interesse de Guérard por esse documento pode começar a ser explicado pelo período em que ele foi publicado. Para o autor, estudar a história dos francos é a estudar a história da França. Muitas vezes, ele se refere ao território dominado pelos carolíngios, não como império franco, mas como a França, como no exemplo a seguir: “Mais lorsque l’argent, dit il encore, fut devenu plus abondant en **France**, par suite des conquêtes de Charlemagne, ce prince augmente le poids des sous d’argent (...)” (1844: 110, grifo nosso). Ao discursar sobre os reis merovíngios, ele utiliza o termo “nos rois” e a utilização do possessivo na primeira pessoa do plural é recorrente para se referir à história do período, “nos histoire” (1844: 18, 47, 48, 70). Contudo, contrariamente do que poderia se esperar, a visão do autor sobre esse momento fundador da história nacional não é positivo. Para ele, as invasões bárbaras, fato concreto e inquestionável, trouxeram apenas devastação e selvageria para o ocidente europeu, o glorioso estado romano, é substituído por famílias que não reconhecem a *res publica* e se preocupam apenas com as guerras e pilhagem (GUÉRARD, 1844: 794).

Por outro lado, há dois acontecimentos durante esse período que o justificam como objeto de estudo, dignos da história nacional: a Igreja e o governo de Carlos Magno. A primeira teria sido responsável pela melhoria das condições de vida dos servos: “Il y eut cependant, comme on le verra, une grande amelioration sociale dans le moyen âge; mais cette amelioration fut un bienfait du christianism, et non de Germains” e “Mais c’était surtout par l’église que les droits de l’humanité étaient le mieux reconnus et le plus respectés dans la personne des serfs” (1844: 276, 331). O segundo teria sido o responsável pela derrota do espírito germânico na França e a consequente regeneração social da nação. Através da unificação do território, das medidas, da língua, o imperador franco restaura o poder público e reorganiza o governo central,

impregnando a nação com o espírito da legislação romana (GUÉRARD, 1844: 159, 344, 794). As descrições de Guérard dos feitos de Carlos Magno se aproximam algumas vezes de um herói romântico, que contra tudo e todos elaborou uma obra grandiosa (GUÉRARD, 1844: 794). Nos capitulários promulgados pelo imperador havia inúmeras medidas que visavam uma melhor administração do território, como a exigência de todos os senhores laicos e religiosos descrever detalhadamente suas terras, assim como o seus habitantes e rendimentos, isto é, produzirem um políptico. Desta forma, o políptico da abadia de Saint-Germain-des-Prés se insere na confluência dessas duas instituições gloriosas da nação francesa e por isso tão importante para “notre histoire”, nas palavras de Guérard. (GUÉRARD, 1844: iii)

Essa localização do políptico naquele momento da história francesa justifica a sua edição, mas o que ele escreve em quase 1000 páginas, que são muito mais do que um mero prolegômeno? O subtítulo da obra: “*Polyptyque de l’abbé Irminon ou dénombrement des manses, serfs et de revenus de l’abbaye de Saint-Germain-des-Près sous le règne de Charlemagne*” nos dá um indício. Logo, o seu objetivo inicial é descrever as terras, os servos e os rendimentos dessa abadia. Contudo, Guérard não se limita ao seu recorte temporal e espacial e constrói um amplo relato dos servos durante quase toda a Idade Média. Ele aborda temas como casamento, escravidão, relação com os senhores, administração e justiça. Esses servos se encontravam dentro de um *beneficium* bipartido: a primeira parte, o *dominium*, é controlada diretamente pelo senhor das terras; a segunda, a tenência, é dividida entre diversos terratenentes (*tenanciers*) com diferentes graus de dependência em relação ao senhor. Essas tenências são divididas em dois tipos pelo autor: as perfeitas ou regulares, e as imperfeitas ou irregulares. As regulares eram constituídas por um *mansus* e as irregulares por um *hospices* ou uma quantidade de terra variável. Cada camponês que utilizava a terra estava submetido a obrigações diversas: pagamentos em espécie ou *in natura*, trabalhos nos campos do senhor, serviços de transporte e de mensagens, conserto e manutenção de construções e cercas, além dos trabalhos específicos feitos pelos prefeitos, decanos e as pessoas responsáveis pela floresta, porcos e moinhos (GUÉRARD, 1844: 484, 498). É nesse espaço que o autor localiza o seu objeto de estudo, os servos.

Sem dúvida alguma, a obra de Guérard está inserida dentro de uma preocupação nacionalista que busca as origens do país. Algumas vezes, como na descrição de Carlos

Magno, o seu texto se aproxima dos românticos. Já sua preocupação com uma edição comentada minunciosamente, o aproxima da “escola microscópica”, na classificação de Hervé Martin. Contudo, os seus estudos sobre as formas de ocupação do território, assim como com o modo de vida dos servos, foge completamente do que chamaríamos de uma história nacionalista e política, que busca justificar o Estado nacional presente por meio do enaltecimento da obra de grandes governantes da nação. A erudição da obra, que reúne mais de uma centena de documentos, influencia inúmeras gerações e permanece até 1993 (HÄGERMANN, 1993) como a única edição desse documento.

### **Karl Theodor von Inama-Sternegg (1843-1908): os polípticos e a história econômica alemã**

Karl Theodor von Inama-Sternegg, com uma formação ampla em história, direito e economia na Universidade de Munique, foi professor da Universidade de Innsbruck, da Universidade Carlos de Praga e professor honorário da Universidade de Viena, assim como presidente da *Statistischen Zentralkommission* da Áustria. Ele é considerado por muitos como um dos primeiros historiadores da economia (DOPSCH, 1937: 24-25) e ele mesmo chega a afirmar que o que estava fazendo nunca tinha sido feito antes (INAMA-STERNEGG, 1879: V). Em um momento em que ainda não havia cadeiras específicas nas universidades europeias, nem revistas dedicadas ao assunto, ele defende uma história econômica científica, isto é, estritamente baseada em documentos.

A obra do autor austríaco mais comentada pelos especialistas em Idade Média, *Deutsche Wirtschaftsgeschichte*, parece ter inicialmente, um foco nacionalista, afinal o objeto de estudo é a “história econômica alemã”. Contudo, não podemos interpretar o adjetivo *deutsche* como referente ao recém criado estado nacional alemão, mas sim à uma nação alemã que engloba todos os herdeiros da antiga “Germânia”. A descrição feita pelo autor do período merovíngio traz o mesmo pessimismo de Guérard. A Germânia daquele período seria fracamente povoada, com imensas florestas e terras desabitadas, os terrenos ocupados eram todos fragmentados em pequenas unidades como Marcas, Gaus e Centenas, as abadias se localizavam nesse deserto, pobremente estabelecidas. A mudança se dá com a ascensão dos monarcas carolíngios, que conseguem unir todas as regiões separadas em um todo coerente. Dentre os monarcas, Carlos Magno se destaca. Através da promulgação de capitulários, como o Capitulário

*de Villis*, ele teria influenciado todo o império e exigido que não apenas domínios reais, mas também eclesiásticos e laicos produzissem descrições detalhadas das terras sob o seu domínio.

Essas terras passam a ser organizadas em Grandes Domínios (*Grundherrschaft*), descritos exatamente da mesma forma que Guérard o fez para as terras da abadia de Saint-Germain-des-Prés. Apesar de Inama-Sternegg conhecer a obra de Guérard, que é utilizada como ponto de comparação, ele não utiliza o políptico parisiense como referência, já que aquelas terras estão fora do seu recorte espacial, mas sim o políptico da abadia de Prüm. A formação de tal organização fundiária trouxe um grande avanço para a economia tornando-a muito superior, deixou de ser administrada ao acaso e de forma isolada e passou a ter uma produção de melhor qualidade e meios eficientes de transporte, que deram condições materiais para uma população crescente, tudo isso, graças à organização e especialização do trabalho, que fez com que o Grande Domínio se tornasse uma organização dominante em pouco tempo. (INAMA-STERNEGG, 1879: 341, 381). O autor vai além, ele afirma que antes dos carolíngios não havia uma economia nacional, os reis dessa dinastia foram os únicos a criar uma organização capaz de organizar o trabalho de uma forma que satisfizesse as necessidades da nação (INAMA-STERNEGG, 1879: 346-347). Terras incultas, florestas e pequenas propriedades são organizadas em um todo coerente e submetidas a um pensamento organizador. No decorrer deste processo, um grande número de camponeses, antes livres, foi submetido ao poder de um senhor. Para o autor, apesar da perda de liberdade, a vida deles melhorou, já que eles contavam com uma proteção e uma administração centralizada que permitia uma intensificação da exploração agrícola e um consequente aumento de produção de alimentos (INAMA-STERNEGG, 1879: 349). A usurpação das terras pelos terratenentes teria marcado o fim do Grande Domínio e o início do período feudal já no século X.

A obra de Inama-Sternegg marca profundamente as gerações seguintes por utilizar um conceito, o Grande Domínio, na construção de um modelo econômico capaz de explicar o desenvolvimento histórico no ocidente europeu, nas palavras de Pierre Toubert (2004: 33). Sua defesa de uma história econômica autônoma, com os seus próprios métodos e objetos, é pioneira (INAMA-STERNEGG, 1879: X). Mesmo nunca tendo sido traduzido para outras línguas, e por isso pouco lido, suas ideias foram

extremamente influentes durante toda a primeira metade do século XX, devido a elaboração de manuais de história do direito e da economia que divulgaram o seu trabalho (DOPSCH, 1921: 9). Sem dúvida, a obra desse autor austríaco é nacionalista, contudo, não é o nacionalismo crescente que pode ser observado dentro das fronteiras do Estado nacional, pois ele não louva a história da Alemanha ou da Áustria, mas sim o passado comum de uma Germânia unida.

### **Alfons Dopsch (1868-1953): a promoção de uma história europeia**

Alfons Dopsch, depois de trabalhar oito anos na *Monumenta Germaniae Historica*, se torna professor da Universidade de Viena, no lugar ocupado anteriormente por Inama-Sternegg. Sua primeira obra, *Die Wirtschaftsentwicklung der Karolingerzeit*, publicada em 1912, tem como objetivo rever as hipóteses propostas pelo seu antecessor. Esse livro teve tal impacto que levou Paul Sander afirmar que os estudos de Dopsch colocaram um fim a um tempo idílico, em que dogmas científicos eram aceitos como verdades incontestáveis (1913: 383). Em sua segunda obra, *Wirtschaftliche und soziale Grundlagen der europäischen Kulturentwicklung von Cäsar bis auf Karl den Großen*, ele amplia o seu recorte temporal e aborda toda a Idade Média, não somente o período carolíngio.

Nessas duas obras, ele deixa claro a sua oposição a duas tradições historiográficas: a primeira, que ele chama de “iluminista francesa”, veria a Idade Média como um período catastrófico; a segunda, surgida em Onasbrück, com Justus Möser (1720-1794), defendia que as primeiras tribos germânicas viviam isoladas, todos eram livres e organizadas de forma igualitária. Dopsch afirma que ambas as escolas elaboraram teorias que não possuem qualquer base científica, o historiador, para se libertar de todo este arcabouço teórico, deve retornar às fontes sem levar em consideração esses estudos. Não só as informações contidas nos documentos legais devem ser consideradas, mas também àquelas trazidas pela arqueologia e outras ciências auxiliares, como a sociologia, economia, papirologia e paleografia. Para uma melhor compreensão dos fenômenos estudados, é necessário estar atento para o que ocorre em todo ocidente europeu, através de comparações é possível observar padrões e exceções (DOPSCH, 1931: 27 – 29).

Apesar de declarar que os estudos anteriores não devem ser esquecidos, devido a sua falta de cientificidade, Dopsch não abandona o conceito de Grande Domínio. Porém, para ele o Grande Domínio não seria uma organização surgida durante o período carolíngio, mas sim durante o Baixo Império. O pesquisador austríaco não vê o Baixo Império, o período merovíngio e o período carolíngio como três momentos distintos. Tudo o que pode ser observado claramente durante o governo de Carlos Magno é apenas o auge de um processo que se iniciou muito tempo atrás (DOPSCH, 1921, 392; DOPSCH, 1937: 74, 226). Ele reconhece que entre os séculos IX e X, o Grande Domínio se espalhou por todo o ocidente europeu, porém, não a ponto de se tornar uma instituição hegemônica e estruturante como defende Inama-Sternegg. Dopsch acusa o seu antecessor de ignorar inúmeros casos de pequenos proprietários que não estavam submetidos a nenhum senhor em regiões como Alsácia, Bayer, Baden, Saxônia e Vestfália. Porém, a crítica maior se refere à interpretação dos documentos, principalmente dois: o capitulário *de Villis* e o políptico de Prüm. Dopsch, após a análise do latim utilizado e das plantas citadas no documento, afirma que o capitulário *de Villis* não foi promulgado por Carlos Magno, mas sim por Luís, o Piedoso, quando era rei da Aquitânia, em 794. Logo, o documento teria apenas um valor local e não universal. (DOPSCH, 1921: 60). Além disso, o autor ressalta que mesmo que esse capitulário fosse válido para todo o império, não há como comprovar que ele ainda era respeitado no final do século IX, data da confecção do políptico de Prüm, documento amplamente utilizado por Inama-Sternegg. Por último, apesar dos recentes estudos de novos polípticos como o de Lorsch e Wießenbourg, o pesquisador afirma que não é possível utilizar tais documentos para a reconstrução da história econômica de um período inteiro, pois a imagem que eles descrevem é fragmentada e deve ser utilizada apenas para estudos específicos (DOPSCH, 1921: 101-119).

Além disso, o seu conceito de Grande Domínio é muito mais amplo e fluído do que o elaborado por Inama-Sternegg. Para Dopsch, um senhor de terras com alguns camponeses sob a sua proteção já formaria um Grande Domínio, o que o leva a ver tal organização em qualquer tempo e espaço do ocidente europeu. Por último, ele afirma que a existência desta organização desde o Baixo Império anula as teorias tanto da escola francesa quanto dos seguidores de Möser, pois a existência de senhores anula qualquer possibilidade de um período igualitário e a organização e manutenção dessas

grandes propriedades fundiárias mostram que não ocorreu nenhuma catástrofe com a entrada dos bárbaros, o autor recusa qualquer ideia de invasão. (DOPSCH, 1921: 369, 383, 385, 396) e trabalha com a noção de acomodação de correntes migratórias, muitas vezes anteriores ao século III.

Podemos observar uma grande diferença entre o que Dopsch propõe como metodologia científica para a história e o que ele realmente executa (BLOCH, 1923: 43). Sem dúvida, ele constrói uma história europeia, baseada em uma ampla gama de documentos e informações coletadas pelas chamadas ciências auxiliares, como a arqueologia e a sociologia. A quantidade de estudos regionais que ele recorre para fundamentar as suas comparações é enorme. Contudo, quando não é possível comprovar o seu ponto de vista, ele recorre a generalizações. Por exemplo, para comprovar a continuidade entre o período merovíngio e carolíngio em inúmeros aspectos, ele recorre a fórmulas como: “Actually *scabini* existed long before the time of Charles the Great [...]” (1937: 222) ou “[...] the tendency to reduce freemen to serfdom existed long before Carolingians times [...]” (1937: 217), sem comprovar documentalmente, assim como ele propõe.

### **Marc Bloch (1886-1944): ruptura, continuação ou transição?**

Marc Bloch dispensa apresentações. Como dito anteriormente, ele é visto muitas vezes como um revolucionário, fundador de uma nova escola que teria rompido com tudo o que foi feito anteriormente. Contudo, uma análise mais atenta de seus livros e artigos não sustenta essa imagem construída pelos historiadores após a sua morte. Primeiramente, Bloch raramente se coloca como alguém que estava rompendo com as tradições já estabelecidas. No seu artigo *Pour une histoire comparée des sociétés européennes*, em sua primeira frase, ele afirma: “Laissez-moi, dès les premiers mots, prévenir une équivoque et m’épargner un ridicule. Je ne viens pas à vous en ‘découvrir’ d’une panacée nouvelle” (BLOCH, 1928: 15). No livro *Les caractères originaux de l’histoire rurale française*, o autor não tece elogios aos pesquisadores contemporâneos por seus mais recentes e inovadores trabalhos, ao contrário, elogia um trabalho feito quase cem anos antes: “B. Guérard [est] un des historiens, certainement, qui [...] a pénétré le plus profondément dans l’intelligence de l’évolution sociale du moyen-âge” (1955: 94). Finalmente, Bloch reconhece a importância de autores mais

contemporâneos, como Alfons Dopsch. O pesquisador francês dedica três artigos à discussão da obra do pesquisador austríaco (BLOCH, 1923, 1926, 1926a). No artigo *L'origine et la date du Capitulaire de Villis*, Bloch não só reconhece a importância de se fazer uma história continental, a partir da comparação de diversas regiões europeias com a utilização de outras ciências, mas como também aponta problemas. Em um exercício de crítica interna do documento, exatamente como prescrito por Langlois e Seignobos (LANGLOIS, SEIGNOBOS, 1898: 117 – 180) Bloch procura mostrar que não é possível afirmar que o capitulário *de Villis* foi promulgado por Luís, o Piedoso em 794, nem por Carlos Magno, em 800.

A influência de Dopsch na obra de Bloch vai além. Assim como o historiador austríaco, Bloch defende que os senhorios<sup>4</sup> existiram muito antes do período carolíngio, suas origens remontariam o Baixo Império. Porém, diferentemente do primeiro, o historiador francês não acredita que os senhorios desapareceram no século IX, mas continuaram existindo até o século XVIII. Nesses mais de mil anos, essa organização teria sido uma instituição fundamental no ocidente europeu. (BLOCH, 1941: 236). Contudo, Bloch reconhece que é somente durante o governo de Carlos Magno que se pode observar o senhorio plenamente constituído e a descrição feita desde Guérard é retomada: um domínio bipartido, de um lado o *mansus indominicatus* controlado pelo senhor; do outro, as tenências controladas por camponeses com diferentes status, tendo como marco definidor a relação de dependência entre eles (BLOCH, 1931: 68) e o serviços prestados.

Marc Bloch também faz uso dos polípticos para a suas pesquisas, agora não apenas os já conhecidos documentos de Saint-Germain-des-Prés, de Prüm ou de Lorsch e Wießenbourg, mas também de Santa Giulia de Brescia, de Saint Maur-des-Fossés e de Montierender (BLOCH, 1941: 240, 242). Por meio da comparação desses diversos documentos, o autor aponta diferenças nas técnicas descritivas e nos termos utilizados para tal operação. Bloch também ressalta a descontinuidade dos territórios, não podemos imaginar o senhorio como uma grande fazenda dividida em dois, as tenências não estão obrigatoriamente próximas da reserva senhorial, nem próximas entre elas;

---

<sup>4</sup> A tradução do termo *Grundherrschaft* utilizado por Inama-Sternegg só se consolida na França após 1950. Até esse período, os historiadores franceses utilizam principalmente dois termos: *Grand Domaine* e *Seigneurie*. Como Bloch utiliza o segundo, assim o farei, para não entrar em conflito com a obra do autor. Contudo, ao falar de senhorios durante o período carolíngios, sem dúvida ele se refere ao *Grundherrschaft* descrito por Inama-Sternegg

outras vezes, um mesmo território pode ser dominado por mais de um senhorio (BLOCH, 1941: 242, 284). Por último, Bloch vê o desaparecimento dos polípticos na passagem do século IX para o X como o principal indício de feudalização do ocidente europeu (BLOCH, 1931: 95 – 105), assim como Inama-Sternegg.

Desta forma, através da análise dos estudos que Marc Bloch conduziu sobre a sociedade rural europeia, principalmente os problemas em torno do senhorio, podemos observar que não há nenhuma ruptura “revolucionária”, como aponta alguns autores, em relação à produção historiográfica da primeira geração dos *Annales* (BURKE, 1997: 17). Ao afirmar isto, não pretendemos negar as inovações trazidas, principalmente por meio da abordagem de novas temáticas, como o desenvolvimento técnico durante a Idade Média e o estudo das formas dos campos ou até mesmo novas questões sobre antigos problemas, como: por que os polípticos existiram apenas no século IX? Contudo, não podemos perder de vista a influência das gerações anteriores, reconhecidas e elogiadas pelo próprio autor. Alguns autores, como Burguière, chegam até mesmo a afirmar que Bloch não rompe com a tradição, ao contrário, ele é herdeiro dela (1979: 1354). As noções de ruptura, continuidade ou transição não dão conta de explicar a vasta obra de Marc Bloch. Talvez, o caminho mais profícuo seja exatamente aquele apontado por ele mesmo: a comparação. Somente através da análise de seus artigos, resenhas críticas, cartas e livros em comparação com a obra de pesquisadores contemporâneos ou não, é possível compreender a sua inserção na historiografia entre os séculos XIX e XX e a sua influência nas gerações posteriores.

### **Apontamentos Finais**

A tentativa de compreender a historiografia do século XIX como um bloco homogêneo, que teria percorrido um ciclo fechado, como aponta White, ou mesmo um período dividido em três partes, como aponta Martin, não nos ajuda a compreender a produção individual de cada autor. Afinal, Guérard seria um romântico ou um erudito? A mitologização da fundação dos *Annales* ofuscou a produção do início do século XX, que muitas vezes é identificada com o século XIX. Sem dúvida, os membros dos *Annales* foram bem sucedidos em controlar posições estratégicas, como cadeiras em universidades, direção de coleções etc... Porém, para compreender o sucesso dos *Annales* e o mito criado em torno dos seus fundadores, é necessário olhar o modo como

o programa contruído por eles foi defendido, mais do que para o próprio programa em si (BURGUIÈRE, 1979: 1350). A análise de alguns estudos sobre Grande Domínio e os polípticos, a partir da sua primeira edição até o advento dos *Annales* mostra que a utilização de termos como continuação, ruptura ou transição não nos ajuda a compreender a produção historiográfica do período. A leitura dessa historiografia muitas vezes ignorada por ser acusada de “positivista” deve ser relida atentamente e não apenas mencionada, como ocorre frequentemente com Inama-Sternegg, para que não caiamos na falsa sensação de novidade, muitos problemas que ainda são discutidos em torno dos polípticos e do Grande Domínio, tratados muitas vezes como algo inédito, já havia sido apontado anteriormente por estes autores.

### **Bibliografia:**

BLOCH, Marc. L'origine et la date du Capitulaire de Villis. **Revue de Synthèse Historique**, p. 40-56, 1923.

\_\_\_\_\_. La société du haut moyen âge et ses origines. **Journal des Savants**, p. 403-420, 1926.

\_\_\_\_\_. La organización de los Dominios reales Carolingios y las teorías de Dopsch. **Anuario de Historia del derecho español**, t. III, p. 89-119, 1926a.

\_\_\_\_\_. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. **Revue de Synthèse historique**, p. 16-50, 1928.

\_\_\_\_\_. **Les caractères originaux de l'histoire rurale française**. Paris: Armand Colin, 1955 (1931).

\_\_\_\_\_. The Rise of Dependent Cultivation and Seignorial Institutions. In: POSTAN, M. M. (org.). **The Cambridge Economic History of Europe from the Decline of the Roman Empire**, vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1966 (1941), p. 235-290.

BOURDÉ, Guy. L'école méthodique. In: \_\_\_\_\_; MARTIN, H. **Les écoles historiques**. Paris: Éditions du Seuil, 1983, p. 181-214.

BURGUIÈRE, André. Histoire d'une histoire: la naissance des Annales. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, n° 6, p. 1347-1359, 1979.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989) - A revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

DOPSCH, Alfons. **Die Wirtschaftsentwicklung der Karolingerzeit**. Weimar: Hermann Böhlau Nachfolger, 1921 (1912).

\_\_\_\_\_. **The economic and social foundations of European civilization**. Londres: Stephen Austin and Sons, 1937 (1912).

DOSSE, François. **A história em migalhas - dos Annales à Nova História**. Bauru: EDUSC, 2003 (1987).

GUÉRARD, Benjamin. **Essai sur les divisions territoriales de la Gaule sous les rois des Francs**. Paris: Imprimerie Royale, 1832. Livro disponível no site “Google Books”.

\_\_\_\_\_. (org.). **Polyptyque de l’abbé Irminon ou dénombrement des manses, des serfs et des revenus de l’abbaye de Saint-Germain-des-Prés sous les règnes de Charlemagne**. Paris, Imprimerie Impériale, 1844. Livro disponível no site “Google Books”.

HÄGERMANN, Dieter. **Das Polyptychon von Saint-Germain-des-Prés**. Viena: Böhlau Verlag, 1993.

INAMA-STERNEGG, Karl Theodor von. **Ausbildung der grossen Grundherrschaften in Deutschland während der Karolingerzeit. Staats- und socialwissenschaftlichen Forschungen I**, 1878. disponível no site <http://www.onread.com/reader/744495>, consultado no dia 9 de fevereiro de 2011.

\_\_\_\_\_. **Deutsche Wirthschaftsgeschichte**. Leipzig: Verlag von Duncker & Humblot, 1879.

LANGLOIS, Charles Victor; SEIGNOBOS, Charles. **Introduction aux études historiques**. Paris: Hachette, 1898.

MARTIN, Hervé. **L’histoire érudite de Mabillon à Fustel de Coulanges**. In: BOURDÉ, G.; \_\_\_\_\_. **Les écoles historiques**. Paris: Éditions du Seuil, 1983, p. 127-157.

SANDER, Paul. **Über die Wirtschaftsentwicklung der Karolingerzeit. Jahrbuch für Gesetzgebung**, Berlim, t. XXXVII, p. 383-408. 1913.

TÉTART, Philippe. **Pequena história dos historiadores**. Bauru: EDUSC, 2000 (1998).

TOUBERT, Pierre. **L’Europe dans sa première croissance**. Paris: Fayard, 2004.

WHITE, Hayden. **Metahistory - The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europa**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1975.